

## Ocupado com curso superior fica sem aumento real

Arícia Martins

### *Ocupado com curso superior fica sem aumento real*

Ter ensino superior é sinônimo de um salário melhor. Pensando nisso, e também em ter mais conhecimento, a professora Paula Belmino da Silva, de 36 anos, começou a cursar pedagogia na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), onde se formou em 2004. Nascida no interior do Estado, na cidade de Sete Lagoas, ela é a primeira de uma família de seis irmãos a conseguir um diploma. "Eles têm mais vontade de fazer faculdade depois que eu fiz, porque eu tenho mais estabilidade no emprego do que eles", conta.

Filha mais velha de um agricultor e de uma professora que começou a dar aulas em programas de alfabetização de adultos, quando o diploma ainda não era exigido, Paula veio para São Paulo em 2005, para morar com o namorado que conheceu na internet, hoje seu marido, e acabou passando em dois concursos públicos que exigiam nível superior. Hoje, dá aula em duas escolas, uma estadual e outra municipal, para alunos de 1ª a 4ª série, mas já pensa em cursar uma segunda faculdade, ou uma pós-graduação, para melhorar sua renda e ter mais tempo para ficar com sua filha Alice, que tem quatro anos.

A professora faz parte da população ocupada com 11 anos ou mais de estudo, que representava 59,2% dos empregados em 2010, nas seis regiões metropolitanas analisadas pela Pesquisa Mensal do Emprego (PME) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 2003, pessoas com essa escolaridade representavam 46,7% da população empregada. Dentro desse grupo, o número de pessoas com nível superior cresceu 54% entre 2003 e 2010.

Dados do IBGE mostram, no entanto, que o rendimento médio real dos ocupados com diploma superior cresceu apenas 0,3% no mesmo período nas regiões analisadas pela PME - Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Ao mesmo tempo, o ganho médio da população ocupada em geral avançou 19%, de R\$ 1.252,48 em 2003 para R\$ 1.490,61 em 2010, descontada a inflação do período.

A estagnação da renda de trabalhadores com nível superior foi puxada por São Paulo, onde a remuneração média real caiu 6,6% no período. Mesmo assim, a renda do paulistano com faculdade, de R\$ 3.690,88 em 2010, ainda é a maior do segmento entre as seis regiões metropolitanas da PME.

Segundo economistas especializados em mercado de trabalho e educação consultados pelo Valor, a expansão do ensino superior - provocada pela maior oferta de cursos em redes privadas e programas governamentais como o ProUni - e o conseqüente retardamento da entrada de jovens na População Economicamente Ativa (PEA) aumentaram a oferta de mão de obra qualificada e puxaram o salário desse profissional para baixo, já que a remuneração do primeiro emprego tende a ser inferior.

Apesar disso, é consenso que o diploma será cada vez mais o que já é atualmente: uma exigência de acesso ao mercado de trabalho e, portanto, a garantia de um futuro e de uma renda melhor.

"O Brasil está de cabeça para baixo em relação ao resto do mundo", diz Marcelo Neri, economista-chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (CPS-FGV). "Enquanto todos lá fora que têm educação estão tendo ganho de renda maior, aqui acontece o oposto."

Neri, contudo, cita dados de uma pesquisa do CPS que cruza informações da PME com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), também feita pelo IBGE, para concluir que esse dado tem um lado positivo: a desigualdade no país está caindo, enquanto em outros países, ela está aumentando. Descontada a inflação, a renda dos 50% mais pobres avançou 52,59% no Brasil entre 2001 e 2009, ao passo que a renda dos 10% mais ricos aumentou

apenas 12,8% no mesmo período. "Todas as desigualdades estão caindo, e o que está por trás disso é a educação", avalia.

Paulo Corbucci, técnico em planejamento e pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), destaca que a estagnação nos salários da população com nível superior não é homogênea. Na opinião do pesquisador, há carreiras com excesso de oferta - como administradores e advogados - que puxam os salários para baixo, enquanto profissões mais demandadas impulsionam a média da remuneração para cima, contrabalançando a queda na outra ponta. "Em regiões interioranas, por exemplo, não há oferta de médicos. São oferecidos salários altíssimos e as pessoas não querem ir para lá."

Outro fator que pode estar trazendo os salários de graduados para baixo, afirma o economista Sérgio Mendonça, do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), é o aproveitamento dessas pessoas em vagas menos qualificadas, já que elas não encontram colocação na área onde se formaram, o que também é reflexo da oferta excessiva de alguns profissionais. "Praticamente 80% das vagas que estão sendo criadas exigem ensino médio completo para cima, o que virou uma barreira no mercado de trabalho". Muitas vezes, o empregador prefere contratar alguém com nível superior, mesmo que a colocação não exija diploma, diz Mendonça, porque, em tese, um graduado teria recursos maiores para apreender mais rápido os conhecimentos necessários à sua função.

Por outro lado, caso esse profissional recuse um posto menos qualificado, pode acabar ficando desempregado. Para Naercio Menezes Filho, coordenador do Centro de Políticas Públicas do Insper, isso pode explicar porque as pessoas com 11 anos de estudo ou mais têm cada vez mais peso na população sem emprego. Em abril de 2011, elas representavam 59% da população desocupada. Em 2003, 39,8% dos desempregados tinha esse nível de escolaridade.

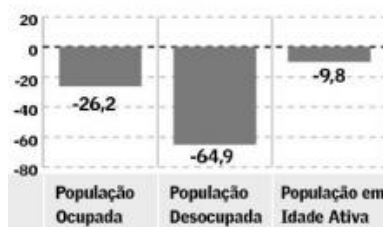
"Com a ascensão das classes C e D, a demanda que está aumentando é por empregadas domésticas, motoristas, além da construção civil, e com o salário mínimo aumentando, o rendimento dessas pessoas cresce mais em relação com o daqueles que possuem nível superior", observa Menezes Filho.

Apesar da menor remuneração inicial, os dados do IBGE mostram que o diploma superior garante uma maior participação no mercado de trabalho. Em 2010, 78,9% da população em idade ativa com curso superior estava trabalhando. Para o grupo de escolaridade média (oito a dez anos), o nível de ocupação estava em 50,4%.

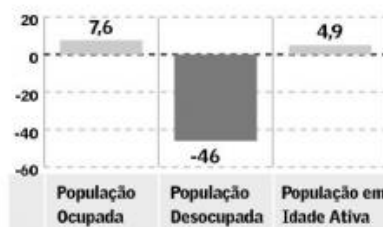
## Educação X Emprego

Varição dos segmentos da População em Idade Ativa por anos de estudo entre 2003 e 2010- Em %

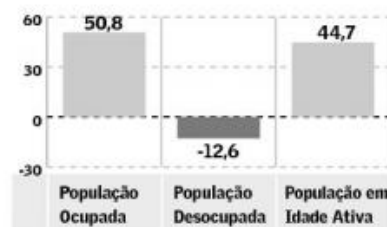
### ■ Sem instrução ou com menos de 8 anos de estudo



### ■ 8 a 10 anos de estudo



### ■ 11 ou mais anos de estudo



### ■ Mapa dos Salários

Varição do rendimento real da população ocupada entre 2003 e 2010, por grupos de atividade - Em %

|  |      |
|--|------|
| Serviços domésticos  | 34,8 |
| Construção   | 30,6 |
| Educação, saúde, serviços sociais, administração pública, defesa e seguridade social | 20,9 |
| Indústria extrativa, de transformação e distribuição de eletricidade, gás e água     | 17,9 |
| Comércio, reparação de veículos e de objetos pessoais e domésticos                   | 17,2 |
| Serviços prestados à empresa, aluguéis, atividades imobiliárias e intermediação      | 12,8 |
| Alojamento, transporte, limpeza urbana e serviços pessoais                           | 12   |

Fonte: IBGE

## Economista sugere guia de profissões do futuro

Mapear quais profissões terão maior procura ou excesso de oferta no futuro deveria ser responsabilidade do governo. É o que pensa o economista Alexandre Loloian, da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade). "Há muitos jovens que estão se formando no curso superior, mas não conseguem emprego. O ideal seria ter uma política econômica e educacional que relacionasse aquecimento da economia e educação profissional", defende Loloian.

Como exemplo, o economista cita o Departamento de Trabalho dos Estados Unidos, que publica a cada dois anos o "Occupational Outlook Handbook" (OOH, algo como guia de perspectivas de emprego, em português), disponível no site do órgão em inglês e em espanhol.

Nele, há um sistema de busca por profissões no qual o jovem pode consultar as características da ocupação que procura, as competências necessárias para exercê-la, quantas instituições no país oferecem o curso desejado, qual o salário médio da profissão, além de projeções sobre a demanda futura desse profissional. Loloian lembra que o Ministério do Trabalho e Emprego tem em seu site o Cadastro Brasileiro de Ocupações. O guia, contudo, só fornece uma definição para cada profissão, sem maiores detalhamentos.

"O país não dispõe de alguns instrumentos para fazer algo como o guia americano aqui, tais como o cruzamento de produção e emprego", opina o economista. Mas algumas iniciativas estão sendo feitas. Ele conta que a Fundação Seade deve colocar no ar, até o fim do ano, um portal de ocupações para o Estado de São Paulo em parceria com a Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho (Sert).

## Desemprego fica estável, mas rendimento já caiu 5,1%

Rafael Rosas

O desemprego ficou praticamente estável em abril, na comparação com março, mas o rendimento médio real caiu 1,8% em termos reais, retomando a tendência de queda iniciada no último trimestre do ano passado e interrompida em janeiro e março. Desde outubro de 2010, o rendimento já encolheu 5,1%. Os dados divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostraram uma taxa de desocupação de 6,4%, a menor para um mês de abril desde o início da série, em 2002 - quase igual aos 6,5% de março.

A comparação com o mês anterior aponta uma redução de mil pessoas - considerada estabilidade pelo IBGE - na população desocupada, que atingiu 1,537 milhão de pessoas no mês passado. A população ocupada também se mostrou estável estatisticamente, com um aumento de 34 mil pessoas frente a março. "O mercado mostra estabilidade na desocupação em razão de não terem sido gerado postos suficientes para atender a demanda de 1,5 milhão de desocupados", ressaltou Cimar Azeredo, gerente da PME.

Na comparação com abril de 2010, o rendimento médio real de abril estava 1,8% maior, atingindo R\$ 1.540,00. O sinal amarelo está na comparação com março, com a queda de 1,8%. "Temos que olhar o rendimento para saber se é apenas pontual ou se a queda no poder de compra vai persistir", disse Azeredo, acrescentando que a perda no rendimento não foi fruto da entrada de pessoas no mercado de trabalho, já que esse número entre março e abril não foi significativo. A redução do rendimento entre março e abril foi puxada pela indústria, comércio e serviços prestados às empresas.

O técnico do IBGE lembrou ainda que o emprego com carteira assinada no setor privado também se manteve estável, mas com tendência de alta, com a criação de 64 mil postos formais entre março e abril. "No mês, embora a alta da carteira assinada não seja significativa, apresenta forte tendência de crescimento", disse Azeredo.

Se as comparações com março mostram um mercado de trabalho em compasso de espera, a relação com igual período do ano anterior apresenta um desempenho significativamente superior em 2011. Além de a taxa de desocupação ter recuado de forma mais significativa nessa comparação, com queda de 0,9 ponto percentual, o nível de ocupação - percentual de pessoas ocupadas no universo daqueles com 10 anos ou mais de idade - atingiu 53,4%, contra 52,9% em igual mês do ano passado. "Essa evolução é muito positiva e mostra a força da economia sobre o mercado de trabalho", destacou Azeredo.

A população ocupada também mostra força em relação ao ano passado, com crescimento de 2,3%, equivalente a 492 mil pessoas, entre abril de 2010 e o mês passado. Esse crescimento na ocupação contribuiu ainda para uma redução significativa da população desocupada, com recuo de 10,1%, ou 173 mil pessoas a menos procurando trabalho.

Esse movimento de melhora no mercado de trabalho na comparação anual foi acompanhado também do incremento da qualidade do emprego. Os postos formais gerados no setor privado subiram 6,8% - com 686 mil novas vagas formais - frente a abril do ano passado. No mês passado, os funcionários formais de empresas privadas somaram 10,803 milhões nas seis regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE.

O bom momento entre 2010 e 2011 também é atestado pela média da desocupação, que passou de 7,4% nos quatro primeiros meses do ano passado para 6,4% entre janeiro e abril deste ano.

**Fonte: Valor Econômico, São Paulo, 27,28 e 29 maio 2011, Primeiro Caderno, p. A3.**